



Índice

- 01** Sidrolândia: índios Terena desafiam Justiça e ameaçam retomar as invasões em 15 dias
- 02** Fundo Kayapó lança primeiro edital para projetos administrados pelos índios da etnia
- 03** MS responde por 57% dos índios mortos em todo o país
- 04** Terras em disputa por diversas etnias têm o tamanho de seis DFs
- 05** Embrapa diz que terras pedidas pela Funai não são ocupadas por índios
- 06** Terra Terena, sonho que vem do Império
- 07** Governo fará fórum para resolver a questão indígena em Sidrolândia
- 08** Cultura quilombola é retratada em exposição virtual
- 09** Megaprojetos na Amazônia ameaçam os povos indígenas isolados
- 10** Mais de quinhentos indígenas teriam sido assassinados no Brasil na última década
- 11** Um "Keffiyeh" para o líder indígena Ninawá Huni Kuin - Por Por Amyra El Khalili
- 12** Especial realça questão indígena
- 13** CDDPH faz missão na terra indígena Cinta Larga
- 14** Em meio a crise indígena, presidente da Funai deixa cargo
- 15** Defensoria participa de atendimentos na área indígena Yanomami, em RR



Sidrolândia: índios Terena desafiam Justiça e ameaçam retomar as invasões em 15 dias

SÍTIO ACRITICA, 09.06.2013

Insatisfeitos com os resultados da reunião que mantiveram quinta-feira com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, os terena de Sidrolândia ameaçam retomar as invasões de propriedades na região, caso em 15 dias o Governo Federal não crie uma alternativa legal para indenizar os fazendeiros e assim transformar 17 mil hectare em reserva indígena. Das 38 propriedades localizadas neste perímetro, 31 já estão ocupadas. Passado o impacto inicial com o anúncio e a chegada dos 110 homens da Força Nacional para atuar na região de conflito no entorno da Terra Buriti em Sidrolândia, os índios terena estão de volta às quatro propriedades que retomaram a partir do último dia 15 de maio: fazendas Buriti, São José, Cambará e Lindóia. Na Buriti, eles retomaram o trabalho de preparo do solo para o plantio de mandioca. O retorno às propriedades foi decidido depois que lideranças da comunidade indígena se reuniram com o comandante da Força Nacional, quando foram informadas que a tropa não veio para Sidrolândia com a missão de retirar os terena das área que eles reivindicam.

Na última quarta-feira, quando venceu o prazo para o cumprimento da segunda liminar de reintegração de posse concedida pela Justiça Federal, ainda pela madrugada os índios deixaram as fazendas, desmontando as barracas onde se abrigavam à noite. Eles ficam concentrados num ponto de entroncamento de acesso as propriedades próximo a Fazenda 3 R, hoje transformada na Aldeia 10 de Maio. Embora precisassem apenas transpor uma cerca de entrar para estar volta as fazendas, formalmente estavam cumprindo a liminar do juiz Janio Roberto dos Santos, que determinava a reintegração de posse sob pena multa diária de R\$ 1 milhão. Esta retirada cenográfica não foi necessária a partir de quinta-feira, quando o desembargador José Lunarderlli, do TRF, a pedido da Advocacia Geral da União e da Funai, suspendeu a reintegração de posse.

Os índios apresentaram ao ministro um documento com três compromissos que eles estão cobrando do Governo: abertura de um inquérito policial para incriminar os responsáveis pela morte do índio Oziel Gabriel, de 34 anos. Criação de um fórum permanente em conjunto com diversas entidades para discussão das demarcações e em terceiro é que o fórum seja criado em 15 dias. "Ou seja, nada disso foi concreto. Entregamos uma lista para eles de terras que não tem impedimentos judiciais para prosseguir com a demarcação e o ministro nos disse que neste momento devem-se evitar novos conflitos, mas nós vamos lutar", afirmou Lindomar. Os proprietários rurais reivindicam que ao ocorrerem as demarcações que eles sejam ressarcidos financeiramente pela perda das terras, no valor da terra nua e não só pelas benfeitorias como propõe a Fundação Nacional do Índio (Funai).



Fundo Kayapó lança primeiro edital para projetos administrados pelos índios da etnia SÍTIO CENARIOMT, 09.06.2013

O Fundo Kayapó, que é apoiado desde o ano passado pelo Fundo Amazônia, lançou seu primeiro edital para seleção de projetos elaborados e geridos por organizações que tenham seu conselho composto por índios da etnia Kayapó. As iniciativas visam à preservação de terras e a melhoria da qualidade de vida na região. O anúncio foi feito hoje (7) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que administra o Fundo Amazônia.

O Fundo Kayapó, por sua vez, é administrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e conta atualmente com recursos da ordem de R\$ 15 milhões, oriundos do Fundo Amazônia e da organização não governamental (ONG) Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil). A ONG trabalha com os kayapós há mais de 20 anos.

A gerente de comunicação do Funbio, Camila Monteiro, disse à Agência Brasil que até R\$ 660 mil serão disponibilizados este ano pelo Fundo Kayapó para iniciativas de monitoramento de terras, treinamento, desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e gestão ambiental. "Os projetos vão variar de 150 mil a 200 mil, individualmente". Ela ressaltou que os R\$ 660 mil se referem a rendimentos obtidos no primeiro ano de existência do Fundo Kayapó.

Os projetos serão submetidos à aprovação de comissão técnica composta por membros da academia, de ONGs e da Fundação Nacional do Índio (Funai), informou o BNDES, por meio da assessoria de imprensa. Serão beneficiadas cinco áreas indígenas que, somadas, superam 10 milhões de hectares (1 hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial). A região equivale a 3% do bioma Amazônia, onde vivem cerca de 7 mil indígenas nos estados do Pará e de Mato Grosso.

Na avaliação de Camila Monteiro, o fundo tem grande significado para os kayapós. "Significa segurança e uma previsibilidade na entrada de recursos. Porque os kayapós são bastante organizados. Só que eles nunca tiveram essa possibilidade de ter recursos no longo prazo. Agora, eles conseguem enxergar que no longo prazo vão ter recursos para os projetos e para as próprias instituições". Segundo Camila, isso dá fortalecimento institucional às organizações kayapós.

Ao longo do tempo, o valor total do Fundo Kayapó poderá alcançar pelo menos R\$ 23,3 milhões, uma vez que é aberto a novas doações. "A intenção é que se faça um esforço de captação de recursos para que o fundo chegue a R\$ 23 milhões e que, com os rendimentos do fundo, a gente garanta o financiamento das atividades dessas organizações kayapós para sempre", disse Camila.

Considerado uma experiência inédita no mundo no trato da questão indígena, o Fundo Kayapó pode dar origem a um novo modelo operacional e financeiro de apoio a projetos socioambientais no país, estima o BNDES.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 098 / 2013

Brasília, 10 de junho de 2013.

Até o último dia 4, foram contratados 33 projetos no âmbito do Fundo Amazônia, no valor total de R\$ 414,1 milhões, e aprovados seis projetos, no valor de R\$ 109,9 milhões. Nesse mesmo período, os desembolsos do fundo corresponderam a R\$ 157,3 milhões. O Fundo Amazônia conta com doações de governos estrangeiros, como a Noruega e a Alemanha, e de empresas, entre as quais a Petrobras. Seu objetivo é captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma Amazônia, nos termos do Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008.



MS responde por 57% dos índios mortos em todo o país

SÍTIO FOLHADESAOPAULO, 09.06.2013

Maior foco de tensão entre fazendeiros e indígenas hoje no país, Mato Grosso do Sul concentra mais da metade (57%) dos assassinatos de índios em todo o Brasil.

Balanco do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), órgão de defesa dos índios ligado à Igreja Católica, mostra que 319 dos 564 casos registrados na última década no Brasil ocorreram no Estado.

Ruralistas querem R\$ 1 bilhão para desocupar áreas em MS

Pai de oito filhos, índio baleado pode ficar paraplégico

Fazendeira vira antropóloga e faz laudos contra índios

Desde 2005, o número de mortes em MS é maior que no restante do Brasil. O Estado tem a segunda maior população indígena do país (77.025).

Dos 61 índios assassinados no ano passado, 37 morreram em Mato Grosso do Sul.

Nem todas as mortes foram resultado de conflito com produtores rurais. Há casos em que um índio matou o outro, segundo o Cimi, que não tem os números de cada tipo de caso. Independentemente da autoria, o conselho diz que todas as mortes estão ligadas à disputa por terra.

"Além de casos frequentes de mortes em conflitos com o agronegócio, os povos indígenas vivem em confinamento, em vulnerabilidade social devido ao pouco espaço por eles ocupado, o que acaba resultando em violência", diz o secretário-executivo do Cimi, Cleber Buzatto.

Nas últimas duas semanas, um índio morreu em confronto com as polícias Federal e Militar e outro levou um tiro na coluna e pode ficar tetraplégico. Os casos motivaram a maior crise indígena do governo Dilma -anteontem, a presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Marta Azevedo, deixou o cargo.



Terras em disputa por diversas etnias têm o tamanho de seis DFs

SÍTIO DIARIODEPERNAMBUCO, 09.06.2013

A morte do índio terena Oziel Gabriel em uma operação de reintegração de posse de uma fazenda em Mato Grosso de Sul, há pouco mais de uma semana, deu contornos trágicos a uma realidade que vai além das divisas daquele estado. Os conflitos envolvendo comunidades indígenas estão presentes em pelo menos 16 unidades da Federação. Em 76 municípios espalhados por todas as regiões do país, populações de diversas etnias disputam áreas com madeireiros, fazendeiros, garimpeiros, empresas, assentados e até imobiliárias. A área disputada pelas comunidades tradicionais com não índios no Brasil corresponde a 35 mil quilômetros quadrados — seis vezes o tamanho do Distrito Federal.

O mapa dos conflitos, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), aponta que as situações de tensão atingem pouco mais de 50 mil índios. Eles vivem em terras já declaradas pelo Ministério da Justiça como de uso exclusivo daquela população ou que estão com a análise pendente na pasta — passo seguinte depois que a Fundação Nacional do Índio (Funai) identifica, por meio de estudo antropológico, que determinada terra é originária dos povos tradicionais. As peculiaridades do confronto dependem muito da região. Em municípios mais afastados, a briga, geralmente, é com fazendeiros e madeireiros. Em terras mais próximas de áreas urbanas, entram em cena sem-terra e grileiros.

Para o secretário executivo do Cimi, Cléber Buzatto, está aumentando os ataques aos direitos dos povos indígenas. Dados da entidade revelam que 61 índios foram assassinados no Brasil em 2012, número que só foi superado em 2007, com 92 mortes. “Desde que o Código Florestal foi aprovado na Câmara dos Deputados, o alvo dos setores do agronegócio e da bancada ruralista no Congresso se tornou a legislação indígena”, diz. Segundo Buzatto, algumas propostas de emenda à Constituição (PEC), como a 215 (que passa o poder de demarcação de terras do Executivo para o Legislativo), foram apresentadas com intuito de reduzir e dificultar a demarcação das áreas indígenas.



Embrapa diz que terras pedidas pela Funai não são ocupadas por índios

SÍTIO G1, 09.06.2013

Um relatório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) publicado na edição deste sábado (8) do jornal "O Globo" mostra que terras paranaenses que a Fundação Nacional do Índio (Funai) quer ver demarcadas não são ocupadas por índios.

Como mostra a reportagem do Jornal Nacional (veja o vídeo), o documento foi apresentado antes de o governo federal anunciar que iria consultar outros órgãos federais para decidir sobre novas demarcações de áreas indígenas.

A região oeste do Paraná, onde ficam os municípios de Guaíra e Terra Roxa, é palco de intensas disputas entre fazendeiros e índios. Segundo a Funai, terras que deveriam estar nas mãos dos índios estão ocupadas por fazendeiros. Já os fazendeiros afirmam que são os índios que estão nas áreas deles.

Diante do impasse, a pedido do governo federal, a Embrapa fez um retrato da ocupação na região, a partir 1985. O documento questiona dados usados pela Funai para justificar demarcações de terras indígenas. De acordo com o relatório, das 15 áreas que estão em disputa, em quatro não há a presença de índios, e em outras dez, a ocupação é recente, a partir de 2007. O relatório também denuncia que índios paraguaios se mudaram para terras no Paraná. Os estudos, em andamento, para demarcação no Paraná contemplam mais de 100 mil hectares.

Em nota, a Casa Civil informou que no relatório não há "juízo de valor a respeito dos direitos dos povos indígenas ou dos agricultores" e que a busca de informação "tem por objetivo ajudar a disciplinar e tornar mais claros os critérios que envolvem os processos de demarcação de terras no país".

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que relatórios, como este da Embrapa, podem ajudar a evitar erros. "O relatório da Embrapa não é um estudo antropológico. Esse estudo quem faz é a Funai. Mas tem, sempre, informações muito importantes que vão permitir esclarecimentos, que se tire dúvidas ou que se tenha mais precisão na hora de se concluir a demarcação da terra".

Ninguém da Funai, que é subordinada ao Ministério da Justiça, foi encontrado para comentar o relatório da Embrapa.

No início do ano, uma equipe de reportagem da Rede Globo esteve na região e encontrou índios que pareciam ter vindo de fora do Brasil. Prefeitos e fazendeiros acusaram a Funai de incentivar índios a cruzar a fronteira e ocupar terras brasileiras. Na ocasião, o clima era tenso. Os índios diziam sofrer ameaças dos fazendeiros e prometiam resistir a uma eventual desocupação. Eles chegaram a sinalizar áreas ocupadas e a fechar estradas para evitar que a equipe de reportagem saísse do local.



Terra Terena, sonho que vem do Império
SÍTIO ESTADAO, 09.06.2013

Na última quinta-feira, o índio terena Jabez Gabriel, de 41 anos, voltou ao local no qual, uma semana antes, perdera o irmão Oziel Gabriel, baleado durante ação da polícia que cumpria despejo na Fazenda Buriti, a cerca de 25 quilômetros de Sidrolândia (MS). Professor de português, fala mansa, mas firme, Jabez estava a 200 metros do local onde Oziel foi baleado.

Com familiares, Jabez acompanhou jornalistas na primeira visita ao lugar onde caiu o líder que começa a se transformar em mártir dos terenas. Jabez e Oziel são netos de Armando Gabriel, cacique terena que morreu aos 94 anos, em 2010, e incutiu nos oito netos o sonho da Terra Indígena Buriti.

Moradores da aldeia Córrego do Meio, a 4 quilômetros dali, os cerca de 5 mil terenas - a Prefeitura diz que são 2 mil, 550 deles inscritos como eleitores -, os Gabriel sofrem no centro de uma crise fundiária que remonta aos tempos do Império. Os terenas ajudaram o Brasil na Guerra do Paraguai. Documentos públicos citam sua presença na região desde o começo do século 19.

De acordo com levantamentos do governo federal, citados em documento do Ministério Público federal do MS, "a Terra Indígena Buriti tem 2.060 hectares, fica em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti e engloba 9 aldeias, onde vivem 3.302 indígenas: Córrego do Meio, Lagoinha, Tereré, Água Azul, Berrerrinho, Buriti, Olho D'Água, Oliveira e Recanto. Ela foi demarcada em 1928 pelo Serviço de Proteção ao Índio)". Ao todo, os terenas somam 25 mil.

Ação e reação. Desde 1993, quando a Funai lhes reconheceu a posse da terra, fazendeiros tentam reverter judicialmente a decisão. A área pivô da atual crise tem cerca de 300 hectares e é ocupada por pecuária. Pertence à família Bacha, do ex-deputado Ricardo Bacha (PSDB), que obteve dias atrás a autorização judicial para desocupação. Depois do episódio, revoltados com a ação policial, os terena deram o troco. Ocuparam outras fazendas,, expandindo sua presença em pelo menos 15 quilômetros a partir da Fazenda Buriti. Na terça-feira já dominavam 12 áreas. Ordenavam a retirada dos não- índios e foram acusados de saquear as casas e queimá-las.

"Saquearam as casas", afirmou Rosana Miranda Corrêa, produtora rural que passou a semana com a família tentando retirar o gado da Fazenda Cambará pelos fundos da área. Os índios negam os saques.

Em depoimento emocionado, em Sidrolândia, a produtora disse que a família perdeu as casas, mobília, equipamentos e gado. Outro produtor, Rubens do Amaral Júnior, perdeu tudo que tinha. Logo no primeiro dia da ocupação da Fazenda Lindoia, teve pelo menos 200 bois confiscados pelos índios. A pacificação chegou na quinta-feira. Uma reunião entre o comandante da Força Nacional, major Luiz Alves, e líderes das nove aldeias terena acalmou os ânimos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 098 / 2013

Brasília, 10 de junho de 2013.

Até a chegada da Força Nacional as aldeias não eram seguras para ninguém. Líderes terenas admitiam não ter controle sobre seus guerreiros. Mulheres das aldeias denunciavam terem sido seguidas por pistoleiros. Agora, Jabez quer criar a Fundação Oziel Gabriel Terena para preservar a memória do confidente de Armando Terena.



Governo fará fórum para resolver a questão indígena em Sidrolândia

SÍTIO JB, 09.06.2013

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, informou na noite desta quinta-feira (6) que um fórum deve ser criado para negociar as terras ocupadas por indígenas em Mato Grosso do Sul. No fórum, os representantes dos índios, dos fazendeiros e o governo vão tentar um acordo para o impasse na Fazenda Buritis.

“Pretende-se criar um fórum de negociação em que o governo federal estará presente. Vou propor ao governo estadual, à magistratura e a representantes dos dois lados a possibilidade de debatermos e chegarmos a um acordo sobre como podemos solucionar esse conflito”.

A proposta do governo foi apresentada em uma reunião de três horas, no Ministério da Justiça. Na reunião estavam, além de Cardozo, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; a subprocuradora-geral da República, Gilda Carvalho; além de cerca de 60 índios da etnia Terena e suas lideranças. O fórum deve ter início em até 15 dias e a expectativa é que as negociações durem até dois dias.

O índio terena Antônio Aparecido, que participou do encontro com o governo, aposta no sucesso do fórum. “Para nós é um ponto positivo [a proposta do governo], apesar de várias audiências. Mais uma vez vamos acreditar na Justiça para que possa ser agilizado o mais rápido possível”.

Cardozo enfatizou ainda que a saída para solução do impasse precisa ser pacífica. “Eu deixei claro que não há possibilidade de sentar para negociar enquanto houver conflitos da forma que está. Aqueles que acham que com radicalização resolve o problema da questão indígena estão errando”.

Antes da reunião, o clima era de expectativa por parte dos índios, que ocupavam um auditório no ministério. O coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Lindomar Terena, se mostrou desapontado com a forma do governo conduzir a relação com os índios. “Desde que a presidenta Dilma assumiu, o movimento indígena não foi recebido por ela. Em compensação, a bancada ruralista foi recebida cinco vezes no último mês. Isso mostra claramente para nós o lado que o governo federal preferiu estar”.

Elisur Gabriel, irmão de Osiel Gabriel, morto em 30 de maio, esteve em Brasília e demonstrou apreensão com a presença da Força Nacional em Sidrolândia. “Eu não tenho o hábito de conviver com policiais armados até os dentes. Eu sinto medo. Depois que a polícia matou o meu irmão, eu tenho mais medo da polícia, principalmente das Forças Armadas”.

Cultura quilombola é retratada em exposição virtual

SÍTIO VERMELHO, 09.06.2013

Uma exposição virtual apresenta fotos da história de luta e resistência do Quilombo São José da Serra, localizado em Valença, Estado do Rio de Janeiro. Nas imagens é possível ter contato com tradições e costumes dos quilombolas.



A exposição virtual faz parte do projeto "Quilindo Quilombo" que, segundo o publicitário Davy Alexandrisky, não tem nenhuma pretensão além de deixar que os quilombolas se mostrem brasileiros, moradores de um local que já serviu, o passado, de refúgio para os seus antepassados que conseguiram escapar da opressão escravocrata.

A mostra apresenta a cultura, a culinária, as famílias, a religião e os rostos de um grupo muitas vezes esquecido. Também retrata a mobilização daqueles que lutam pela posse da terra em que vivem há mais de 150 anos.

Megaprojetos na Amazônia ameaçam os povos indígenas isolados

SÍTIO CIMI, 09.06.2013



A equipe do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, de apoio aos povos indígenas isolados, reunida em Manaus nos dias 4 a 7 de junho/2013 fez uma análise dos impactos dos megaprojetos de infraestrutura projetados e em construção na Amazônia sobre esses povos.

Foi constatado que está em curso uma campanha contra os direitos dos povos indígenas veiculada diariamente pelos grandes meios de comunicação para respaldar os interesses dos empresários do agronegócio, latifundiários, mineradoras e a política desenvolvimentista do Governo Federal, caracterizada pelo autoritarismo, pelo uso da violência pelas forças repressivas (dois indígenas assassinados pela PF, um Munduruku/PA em novembro/2012 e outro Terena/MS em maio/2013), pelo desrespeito a Constituição, as convenções internacionais e a legislação ambiental.

Este cenário, que se materializa na Amazônia pelas obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, pelo avanço do desmatamento, do gado, da exploração madeireira, mineral e petrolífera, espalha os conflitos na região e é particularmente trágico para a vida e o futuro dos povos indígenas isolados.

No Maranhão os Awá Guajá tem o seu território sistematicamente invadido por madeireiros que agem impunemente há anos, inclusive em terras indígenas já regularizadas aonde vivem estes indígenas isolados. Este fato foi recentemente denunciado a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Os isolados Avá Canoeiro na Ilha do bananal Tocantins estão ameaçados pelos projetos de monocultura, que retiram água do rio Javaé e Formoso, assoreando e contaminando os rios, pelas invasões de pescadores, e pela projeção de duas estradas que cortarão a ilha ao meio.

As barragens de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira atingem cinco grupos indígenas isolados. A existência desses grupos só foi reconhecida após terem sido concedidas as licenças de instalação das obras. Estes grupos, em busca de um habitat mais seguro, estão se aproximando de fazendas e de aldeias de outros povos indígenas podendo gerar conflitos.

CONT.



Na bacia do Rio Xingu, 06 grupos indígenas isolados sofrem a influência da barragem de Belo Monte. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, CIDH, em 29 de julho de 2011, determinou ao Estado brasileiro que adotasse medidas para a proteção da vida, a saúde e a integridade pessoal dos membros das comunidades indígenas em situação de isolamento. Após três anos, praticamente inexistem ações do governo para cumprir a solicitação.

A vida de outros 5 grupos de isolados será ameaçada caso sejam construídas as barragens, atualmente na fase de estudos, da bacia do rio Tapajós.

As empresas petrolíferas ameaçam os povos indígenas isolados no Departamento de Ucayali no lado peruano e no lado brasileiro, na terra indígena Vale do Javari no Amazonas e no Acre. Na mesma região está em estudo a construção da ferrovia Cruzeiro do Sul-AC/Brasil – Pucallpa/Peru, cujo traçado incide diretamente sobre o território do povo indígena isolado do igarapé Tapada.

Denunciamos à sociedade brasileira que o risco a vida dos povos isolados vem aumentando nos últimos anos e tem-se agravado com a atual política do governo Dilma de imposição de um modelo macro econômico altamente agressivo e depredador.



Mais de quinhentos indígenas teriam sido assassinados no Brasil na última década
SÍTIO SUL21, 09.06.2013

Segundo informações divulgadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o número de indígenas assassinados durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff teria crescido em relação a mandatos passados.

Os índices, de acordo com o CIMI, já eram expressivos durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Nos oito anos de Fernando Henrique na presidência da República, foram registrados pelo conselho 167 assassinatos – cerca de 21 a cada ano. Com Lula (PT), no mesmo período de tempo, o número total de indígenas assassinados teria chegado a 452, mais de 56 por ano.

Nos dois primeiros anos do governo de Dilma Rousseff (PT), 108 assassinatos foram computados pelo CIMI, média de 54 por ano. O aumento das mortes, para secretários do próprio Conselho Indigenista Missionário, estaria relacionado à expectativa criada pela população indígena em relação ao Partido dos Trabalhadores.

No entanto, como o processo de demarcação de terras pouco avançou, além do constante conflito entre o governo federal e lideranças indígenas, os focos de confronto e o número de manifestações aumentaram.

Outra das causas pelo grande número de assassinatos seria a situação degradante de vida em vários dos territórios indígenas. Nessas condições, ocorreriam conflitos com a polícia, latifundiários, invasores e também entre os próprios indígenas.



Um "Keffiyeh" para o líder indígena Ninawá Huni Kuin - Por Amyra El Khalili
SÍTIO NORTAO, 09.06.2013

" Fere a cabeça da víbora com o punho de seu inimigo.

Disto necessariamente te resultará num bem:

se o inimigo vencer a víbora morrerá.

Se a víbora vencer, terás um inimigo a menos!"

Provérbio beduíno

Deixei uma parte de mim no estado do Acre quando coloquei sobre o ombro do grande líder indígena Ninawá Huni Kuin um Keffiyeh (lenço beduíno)** durante a conferência que proferi à convite do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na Universidade Federal do Acre.

Símbolo da luta contra a ocupação dos territórios palestinos, o Keffiyeh tornou-se indumentária de ativistas solidários à causa palestina em todo o mundo. Para o povo palestino, o Keffiyeh representa o começo e o fim. O tudo e o nada. É manifesto aberto dos que não aceitam a infame paz dos túmulos.

Nossos mártires são velados e enterrados envoltos no Keffiyeh. O Keffiyeh para Ninawá Huni Kuin foi presente da Fearab-Brasil (Federação das Entidades Árabes Brasileiras) dado por intermédio do Dr. Eduardo Felício Elias, e da FEPAL (Federação das Entidades Palestino-Brasileiras), pelas mãos de Emir Mourad, com o apoio do Dr. Alem Garcia, Presidente da Fearab Uruguai (Federação das Entidades Árabes Uruguaias), entregue por esta beduína palestino-brasileira em agradecimento pela solidariedade dos Povos Indígenas no VI Fórum Social Pan-Amazônico 2012 (Cobija, Bolívia) (1) e Fórum Social Mundial 2013 (Túnis, Tunísia) (2) (3), além de tantas outras manifestações em apoio a nossa justa causa.

Nesta ocasião, presenteamos também com o Keffiyeh os companheiros Lindomar Padilha e o Prof. Elder Andrade de Paula por estarem à frente do bom combate e registramos nosso respeito e admiração pela trajetória de Dercy Teles de Carvalho, primeira mulher a assumir a presidência de um Sindicato de Trabalhadores Rurais no Estado do Acre e uma das primeiras também no Brasil.

NAKBA indígena

Expulsos de seus territórios e massacrados há 513 anos neste continente, os indígenas são o exemplo da resistência e da sabedoria nos cuidados com o ambiente e, mesmo espoliados de suas terras, ainda encontram forças para se solidarizarem com o povo palestino, vítimas da Nakba (tragédia da ocupação) há 65 anos. Na conferência proferida, contei como funciona na prática a engrenagem da "financeirização da natureza e espoliação dos territórios indígenas e camponeses na Amazônia".

CONT.



Falei da origem do mercado de carbono desde o seu real motivador militar, o "Conselho da Bolha", na década de 60. Analisei a formação do comércio de emissões a partir da década de 70 (4), posteriormente na Eco92, o Protocolo de Kyoto (1997), e segui traçando paralelo sobre quanto custam as guerras para os povos do Oriente Médio e as "semelhanças" entre o que ocorre lá com o que vem ocorrendo cá.

Falei do que representa a territorialidade, da relação da água como um ente vivo para os povos do deserto e de sua importância para a sobrevivência de todos seres do planeta, seja pelo aspecto espiritual quanto pelo valor econômico; da fundamental importância para quem quiser compreender a luta entre conceitos ligados ao neoliberalismo e às forças populares emancipatórias, sobretudo na Amazônia, região em que os gatos são pardos.

Atravessamos o deserto cantando e dançando em caravana beduíno-indígena e chegamos nas florestas tropicais contando "causos" enquanto perdidos ficam vagando na superfície sem chegar a lugar nenhum ao defenderem como solução para a crise ambiental as tais geringonças financeiras como o REDD, REDD+, PSA, RCEs, PSE, MDL, Créditos de Compensação, Créditos de Carbono, Créditos de Efluentes, etcetera, etcetera e etcetera... (5)

Há tempos, venho alertando que isso tudo é uma coisa só. Porém, os que pretendem confundir querem nos fazer crer que cada uma destas siglas são coisas diferentes e, desta forma, tentam justificar o injustificável, ou seja, que o mercado financeiro resolve tudo pelas vias do próprio mercado. O mercado financeiro se autorregula e será capaz de combater com eficiência os males que afetam o ambiente.

Se querem provocar convulsões sociais com suas doutrinas neoliberais para implantar o neocolonialismo do carbono como "experimento" (experiências aprendidas?) usando os povos das florestas como cobaias, temos que parabenizá-los, pois, neste intento, estão alcançando com sucesso seus objetivos. Estamos testemunhando violentos conflitos no seio das florestas e nos campos ao levantarmos vozes contra a usurpação de terras, rapinagem dos bens comuns e desrespeito aos direitos humanos viabilizados por reformas legislativas como tem denunciado o CIMI (6) (7).

O que acontece no Oriente Médio, para incautos, nunca acontecerá neste lado do Sul Global. E os palestinos, somos os terroristas, radicais e fundamentalistas por estarmos deste lado de cá, alertando para mais um assalto de atores que conhecemos muito bem, os responsáveis com "nome e sobrenome" deste crime lesa-humanidade, de que essa estratégia contra as nações indígenas e demais povos das florestas é aquela idêntica que tem exterminado milhares e milhares de palestinos, iraquianos, afegãos, libaneses, sírios, africanos entre outros "parentes". Diz o provérbio beduíno: "No deserto a verdade é a melhor camuflagem, porque ninguém acredita nela!"

Foi neste "Abril Indígena 2013", em ritual de pajelança e intifada indígena** que o guerreiro Ninawá Huni Kuin, sua família, seu povo, companheiros e parentes (os do lado de cá) receberam a proteção espiritual (Keffiyeh) do povo beduíno (os do lado de lá) sob a mira atenta do mundo, assim como foi a trajetória - o começo e o fim - daquele que tombou em defesa da Amazônia, o mártir palestino Chico Mendes.

CONT.



Não iremos embora (8)
Tawfic Zayyad***

*Aqui
Sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
Em vossas goelas
Como cacos de vidro
Imperturbáveis
E em vossos olhos
Como uma tempestade de fogo
Aqui
Sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
Em lavar os pratos em vossas casas
Em encher os copos dos senhores
Em esfregar os ladrilhos das cozinhas pretas
Para arrancar
A comida de nossos filhos
De vossas presas azuis
Aqui sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
Famintos
Nus
Provocadores
Declamando poemas
Somos os guardiões da sombra
Das laranjeiras e das oliveiras
Semeamos as ideias como o fermento na massa
Nossos nervos são de gelo
Mas nossos corações vomitam fogo
Quando tivermos sede
Espremeremos as pedras
E comeremos terra
Quando estivermos famintos
Mas não iremos embora
E não seremos avarentos com nosso sangue
Aqui
Temos um passado
E um presente
Aqui
Está nosso futuro*

Especial realça questão indígena

SÍTIO REGIONAL, 09.06.2013



Os Potiguara de Baía da Traição, na Paraíba, foram alguns dos grupos indígenas ouvidos na segunda parte da trilogia "Excluídos", publicada ontem. O próximo caderno, sobre os ciganos, sai na sexta-feira, 14 de junho Foto: Eduardo Queiroz

Sobre o caderno, Sérgio Brissac, que é doutor em Antropologia e perito do Ministério Público Federal (MPF), afirma: "por acompanhar as questões relativas a direitos indígenas no Ceará, enquanto antropólogo perito do MPF, percebo como é importante para esses povos que cresça na população cearense o conhecimento, a sensibilidade e a solidariedade em relação a eles; reconhecer a valiosa contribuição deles na nossa construção identitária; e reconhecer que nossa dívida para com essas etnias é imensa. Nesse sentido, a matéria de Iracema Sales, Fernando Maia, Maristela Crispim e Melquíades Júnior oferece uma contribuição significativa".

Maria Amélia Leite, coordenadora da organização não-governamental (ONG) Missão Tremembé, indigenista que há mais de 40 anos luta pelos direitos dos índios do Ceará, destaca: "essa matéria reforça a luta dos índios, que já é tão cheia de resistências. Eu agradeço ao Diário do Nordeste e, em especial, à equipe que trabalhou nesse material tão rica e relevante".

"Consideramos o material de extrema importância, pois valoriza e dá visibilidade a várias questões que envolvem esses povos na região, ainda mais numa época de violentos ataques aos indígenas brasileiros", afirmou Cleber Buzzato, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Fac-símile da capa do especial sobre os indígenas que tratou das injustiças historicamente cometidas contra os primeiros habitantes destas terras

Lutas recentes

Filósofo e historiador, Saulo Feitosa é especialista em Bioética, conselheiro Cimi e acompanha de perto as lutas dos povos indígenas pela recuperação étnica, territorial e cultural. Para ele, esses povos já enfrentam uma segunda ofensiva no atual governo. A primeira foi a Portaria Nº



302, da Advocacia-Geral da União (AGU), que autoriza o governo a contratar a implantação de rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia em terras já demarcadas, por conta das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A segunda é o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) Nº 215, que propõe transferir da Funai para o Congresso a atribuição de demarcar terras indígenas, "o que poderia revogar todas as conquistas desses povos".

A nossa história é reveladora dos sofrimentos das populações indígenas brasileiras. Recentemente redescoberto, no Museu do Índio, o Relatório Figueiredo mostra, em mais de 7 mil páginas, assassinatos em massa, torturas, escravidão, abuso sexual e negligência contra os primeiros habitantes destas terras. Encomendado pelo Ministério do Interior, em 1967, ele revelou atrocidades cometidas entre 1947 e 1988, inclusive pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e resultou na criação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A relação entre Estado e povos indígenas brasileiros sempre foi pontuada pela ambiguidade. Primeiro, veio a colonização. Em 1910, foi criado o SPI, e, em 1970, a Funai, ambos para "proteger". A Constituição de 1988 representou uma grande vitória na luta dos indígenas, uma vez que, até então, a política era "integrar". Mas não tem sido fácil. Foram muitas lutas para terem vez e voz, deixarem de ser invisíveis e avançarem nas conquistas sociais. No campo simbólico, ainda temos muito o que aprender com esses povos e, em primeiro lugar, vem o respeito.

Neste momento, o Governo Federal declara que a Funai não deve ser o único órgão responsável pela demarcação de terras indígenas e sugere a inclusão no processo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outros setores. O Cimi, por sua vez, acredita que essa é uma tentativa de enfraquecer o Órgão. A reação dos índios veio em forma de protestos.



CDDPH faz missão na terra indígena Cinta Larga

SÍTIO RONDONIADINAMICA, 09.06.2013

O Grupo de Trabalho Cinta Larga, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) – vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - faz um missão à terra indígena dessa etnia, no dia 10 de junho.

Nesse dia, os integrantes do GT Cinta Larga estarão em Cacoal, onde farão reunião interna, às 08:30 horas, com a participação somente dos integrantes do GT, para socialização de toda a problemática situação da comunidade Cinta Larga e elaboração do plano de ação do GT. Nesta ocasião, o procurador da República Reginaldo Trindade fará exposição sobre o assunto. Logo em seguida, às 10 horas, os membros do Grupo de Trabalho farão reunião com lideranças indígenas, a fim de ouvi-los a respeito das principais violações de direitos humanos que tem sido cometidas contra a comunidade.

À tarde, haverá reunião com órgãos públicos locais: Ibama, Funai e Polícia Federal. Todas as reuniões ocorrerão na sede do Ministério Público do Estado de Rondônia em Cacoal. Posteriormente, haverá visita a algumas aldeias do povo Cinta Larga.

Para o procurador da República, Reginaldo Trindade, responsável, no Estado de Rondônia, pela defesa do povo Cinta Larga, "será um importante momento para discutir com profundidade os graves problemas que tanto afligem os índios, que não conseguem sequer ser ouvidos pelo Governo Federal."



Em meio a crise indígena, presidente da Funai deixa cargo

SÍTIO TERRA, 09.06.2013

Em meio à onda de insatisfação de várias etnias indígenas no governo Dilma Rousseff, que vem mobilizando a Esplanada dos Ministérios, a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Azevedo, deixou o cargo nesta sexta-feira. Quem comandará a fundação interinamente é a atual diretora de promoção ao desenvolvimento sustentável, Maria Augusta Assirati.

Marta é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ocupava o cargo desde abril do ano passado, substituindo Márcio Meira no posto.

"Informamos que, por razões de saúde, a presidenta da Funai, Marta Maria do Amaral Azevedo, entregou seu pedido de exoneração ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Esta decisão foi tomada por ela em virtude da necessidade de realizar tratamento médico que é incompatível com a agenda de presidenta", informa nota oficial da Funai.

"Maria Augusta e os demais diretores darão continuidade à missão da instituição na promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas, com o compromisso de fortalecimento da Funai, mantendo o amplo diálogo com os povos indígenas, servidores e demais setores do governo", conclui a nota.

O Ministério da Justiça, ao qual a Funai está subordinada, confirmou, por meio de outra nota à imprensa, a versão de que a saída se deu por motivo de saúde. "O ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) agradece a colaboração, o empenho e a dedicação da antropóloga, cuja respeitabilidade acadêmica e indigenista engrandeceu a Funai. Marta Maria Azevedo continuará dando sua contribuição ao país e à causa indígena, colaborando com o Ministério da Justiça", afirma o texto.

A mudança no comando da Funai ocorre uma semana após a morte do índio Osiel Gabriel da etnia Terena durante a reintegração de posse em uma fazenda na cidade de Sidrolândia (MS).



Defensoria participa de atendimentos na área indígena Yanomami, em RR
SÍTIO G1, 09.06.2013



Os índios Yanomami da comunidade de Baixo Mucajaí, município de Alto Alegre, a 87 quilômetros de Boa Vista, receberão atendimentos do Programa Itinerante de Registro em conjunto com a Defensoria Pública de Roraima. A ação começa nesta segunda-feira (10) e prossegue até o dia 17 de junho.

Emissão de carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, registro civil e a realização de casamentos são serviços que as comunidades indígenas receberão.

Segundo o defensor geral Stélio Dener, os atendimentos serão em parceria com o Programa Itinerante, do Tribunal de Justiça do Estado.

"A participação da Defensoria é fazer orientação jurídica. Nós sempre acompanhamos esses trabalhos. Na ação, teremos como representante o defensor público Ernesto Halt", explicou. De acordo com ele, esta é a terceira ação que a Defensoria Pública participa em áreas indígenas Yanomami e sempre com a meta alcançada.

O Programa Itinerante de Registro ocorre desde 1999, com a finalidade de prestar assistência às áreas indígenas mais carentes.